Ano XXIV nº 6219 – 15 de janeiro de 2020

França suspende alteração da idade mínima para aposentadoria, após protestos

A mobilização dos trabalhadores mostrou mais uma vez que a união faz a diferença, desta vez, na França. Após 38 dias de greve e muitos protestos contra o projeto de Reforma da Previdência, proposto pelo governo do país, no sábado, o primeiro-ministro Édouard Philippe anunciou uma suspensão provisória do aumento da idade mínima de 62 para 64 anos para se ter acesso à aposentadoria integral.

Essa foi a primeira vez que o governo se mostrou aberto para negociar pontos da reforma. “Com a intenção de demonstrar minha confiança nos interlocutores sindicais, estou disposto a retirar a curto prazo do projeto de lei a medida que havia proposto, que consiste em convergir progressivamente a partir de 2022 até uma idade de equilíbrio de 64 anos em 2027”, escreveu o primeiro-ministro, condicionando a retirada da medida de forma definitiva a um “acordo sobre o equilíbrio e o financiamento das pensões” em um encontro previsto com as lideranças sindicais e patronais.

A proposta pretende substituir 42 sistemas de aposentadorias por um universal, o que exigirá dos trabalhadores, principalmente os do serviço público, trabalhar por muito mais tempo.

Fila no INSS é desrespeito com o trabalhador, diz ex-ministro da Previdência

Em 2020, o trabalhador voltou a enfrentar um problema que parecia superado, com filas nos postos do INSS por todo o país. Desde a aprovação da “reforma” da Previdência, que restringiu o acesso às aposentadorias, nenhum benefício foi concedido. Já são cerca de 2 milhões de pedidos, entre aposentadorias e pensões, que aguardam análise. O governo deve anunciar medidas hoje, dia 15/01, mas reconhece que a fila não deve ser normalizada pelo menos até junho deste ano.

Segundo Luiz Marinho, que foi ministro da Previdência Social de 2007 a 2010, trata-se de um problema solucionado há mais de dez anos, quando o governo investiu na qualidade do atendimento prestado à população. Agora, a demora na análise da concessão de benefícios decorre, segundo ele, de uma política de desmonte da Previdência, que inclui a redução no número de funcionários e no tempo de atendimento das agências.

A situação pode se agravar ainda mais, já que o governo atual anunciou o fechamento de 20 filiais da Dataprev, empresa pública que presta serviço de tecnologia da informação para o INSS, com a demissão de 493 funcionários, o que representa 15% do total de servidores. O governo já anunciou a intenção de promover a privatização da Dataprev, já incluída no Programa Nacional de Desestatização, o que colocaria em risco o sigilo dos dados de milhões de brasileiros.

Aposentado que ganha salário mínimo tem reajuste menor de quem ganha mais

Os aposentados e pensionistas do INSS que recebem um salário mínimo devem ter, neste ano, um reajuste menor do que os segurados que ganham acima do piso nacional. No começo do ano, o presidente Jair Bolsonaro editou uma medida provisória que aumentou o salário mínimo de R\$ 998,00 para R\$ 1.039,00 em 2020, com um reajuste de 4,1%.

O salário mínimo é usado como valor mínimo para aposentadorias, pensões e BPC (Benefício de Prestação Continuada) pago a idosos e deficientes de baixa renda.

Já o teto do pagamento das aposentadorias e benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com valores acima do salário mínimo, foi fixado em R\$ 6.101,06 pelo Ministério da Economia. O novo valor decorre de um reajuste de 4,48%, que consiste na inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do IBGE. A confirmação do valor consta de portaria publicada no “Diário Oficial da União” (DOU).